

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a nova reforma do ensino médio: implicações para o processo de ensino e aprendizagem

Lissandro Botelho

(Instituto Federal do Amazonas, Brasil)

Ricardo Santos de Almeida

(Universidade Estadual de Alagoas, Brasil)

Sérgio David de Moraes

(Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, Brasil)

Joelma Portilho da Costa de Moraes

(FIBMG - Faculdade Ibra de Minas Gerais, Brasil)

Gonçalo Resende Santos

(MUST University - MUST, Brasil)

Roberto dos Santos Silva

(Universidade Federal do Pará, Brasil)

Maria Leonida Soares Marreiro Oliveira

(Facine, Brasil)

Ailton Leonel Balduino Junior

(Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil)

Alexander da Silva Lima

(Instituto de Geociências e Ciências exatas- IGCE- Unesp-Rio Claro-SP, Brasil)

Abstract: *A presente pesquisa teve como objetivo analisar as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova reforma do ensino médio no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, sob a orientação das diretrizes do PRISMA. O levantamento englobou somente artigos brasileiros publicados entre os anos de 2017 a 2023. Como resultado, constatou-se a existência de preocupações quanto à implementação da reforma do novo ensino médio, especialmente no ensino de disciplinas como Matemática, Educação Física e Biologia, assim como na abordagem geral do Novo Ensino Médio. Há um consenso geral acerca das lacunas na BNCC, evidenciando a falta de consideração para as particularidades de contextos específicos, como a Educação do Campo. A crítica à abordagem centrada em competências ressalta um possível desalinhamento das reformas com a realidade educacional brasileira. A divergência no tratamento de disciplinas, com a priorização de Língua Portuguesa e Matemática, é objeto de crítica. A resistência e luta coletiva são destacadas como estratégias necessárias para preservar uma educação que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes. Assim, a formação de professores, a implementação de metodologias ativas e a atenção à diversidade emergem como fatores cruciais para o sucesso das reformas. A revisão sublinha não apenas as potenciais contribuições, mas também os desafios que podem comprometer a eficácia e justiça social na educação brasileira. O engajamento contínuo, o diálogo participativo e a atenção às peculiaridades de cada contexto educacional são fundamentais para construir um sistema educacional inclusivo, reflexivo e alinhado com as necessidades contemporâneas da sociedade.*

Key Word: Reforma do ensino médio; BNCC, educação, ensino; aprendizagem.

Date of Submission: 05-01-2024

Date of Acceptance: 15-01-2024

I. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os padrões mínimos que todos os alunos da Educação Básica no Brasil devem aprender ao longo de sua trajetória escolar. Trata-se de uma iniciativa que busca promover a equidade e a qualidade na educação, fornecendo diretrizes para a construção dos currículos escolares em todo o país (HYPOLITO, 2019).

A BNCC foi homologada em dezembro de 2017, e sua elaboração foi um processo colaborativo que envolveu educadores, especialistas, gestores e a sociedade civil. Ela está alinhada aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e organiza-se em competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica, contemplando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

Ao longo das últimas décadas, a BNCC vem passando por transformações significativas à medida que o cenário educacional e as demandas sociais evoluem. Desde sua homologação em 2017, o documento tem sido objeto de debates, reflexões e ajustes para melhor atender às necessidades dos estudantes brasileiros e às transformações da sociedade contemporânea (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019).

No âmbito do ensino médio, a BNCC desempenha um papel crucial, especialmente em conexão com a Nova Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415/2017. Essa reforma trouxe mudanças significativas na estrutura e organização do ensino médio, alinhando-se aos princípios da BNCC e buscando uma maior flexibilização e contextualização do currículo, de modo a atender às diversidades de interesses e habilidades dos estudantes (MOURA; LIMA FILHO, 2017).

Segundo Branco et al. (2018), uma das principais mudanças introduzidas pela reforma foi a flexibilização do currículo, permitindo que os alunos escolham parte dos conteúdos que desejam estudar. Essa flexibilidade é proporcionada pelos chamados "itinerários formativos", que consistem em diferentes áreas do conhecimento, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

Assim, a nova reforma do ensino médio mudou a dinâmica educacional no país. A introdução da flexibilização curricular e dos itinerários formativos representou uma quebra de paradigma em relação ao modelo tradicional de ensino médio. Anteriormente, os estudantes seguiam um currículo rígido e uniforme, sem muita margem para escolher áreas de estudo que estivessem alinhadas com seus interesses e aptidões específicas (BRANCO et al., 2018).

Autores como Ferretti (2018) e Alelo (2017) apontam os desafios da nova reforma do ensino médio. Um dos principais pontos de preocupação é a capacidade das instituições de ensino em adaptar-se a essa flexibilização curricular, garantindo a oferta de itinerários formativos de qualidade e a orientação adequada aos estudantes na escolha de suas trajetórias educacionais. Além disso, há desafios relacionados à formação dos professores, que precisam se adequar a uma abordagem mais centrada no aluno e lidar com a diversidade de demandas e interesses presentes nos diferentes itinerários.

Frente ao exposto, a presente pesquisa buscou analisar as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova reforma do ensino médio no processo de ensino e aprendizagem. Espera-se, com isso, compreender de que maneira as mudanças introduzidas pela BNCC e pela reforma do ensino médio impactam a dinâmica educacional, especialmente no que diz respeito à relação entre professores e alunos, aos métodos pedagógicos adotados e aos resultados obtidos no processo de aprendizagem.

II. Materiais e métodos

O estudo caracterizou-se como uma revisão sistemática, que é uma abordagem metodológica que busca identificar, selecionar e analisar criticamente as evidências disponíveis na literatura sobre um tópico específico (BRIZOLA; FANTIN, 2016). Neste estudo, a escolha por uma revisão sistemática permitiu uma análise abrangente e organizada dos estudos existentes sobre o impacto da BNCC e da reforma do ensino médio no contexto educacional brasileiro.

A condução da revisão sistemática neste estudo aderiu estritamente às orientações das diretrizes do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), corroborando com o que sugere Page et al. (2022). O protocolo metodológico seguiu cada etapa delineada pelo PRISMA, desde a elaboração da

pergunta de pesquisa até a análise dos dados. A busca sistemática de artigos foi realizada em diversas bases de dados, considerando critérios de inclusão e exclusão predefinidos.

A busca de estudos foi conduzida nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, consideradas fontes relevantes para a pesquisa acadêmica no contexto brasileiro. A escolha dessas plataformas proporcionou uma ampla cobertura de periódicos científicos, garantindo a inclusão de trabalhos que atendessem aos critérios estabelecidos.

Na busca dos estudos, foram utilizadas palavras-chave como "Base Nacional Comum Curricular", "BNCC", "Reforma do Ensino Médio", "Ensino e Aprendizagem" e "Educação". Para refinar a busca e obter resultados mais específicos, foram empregados operadores booleanos, tais como "AND" e "OR", em associação com as palavras-chave. O uso desses operadores permitiu a combinação e a exclusão de termos, garantindo uma busca mais precisa e alinhada aos objetivos da pesquisa.

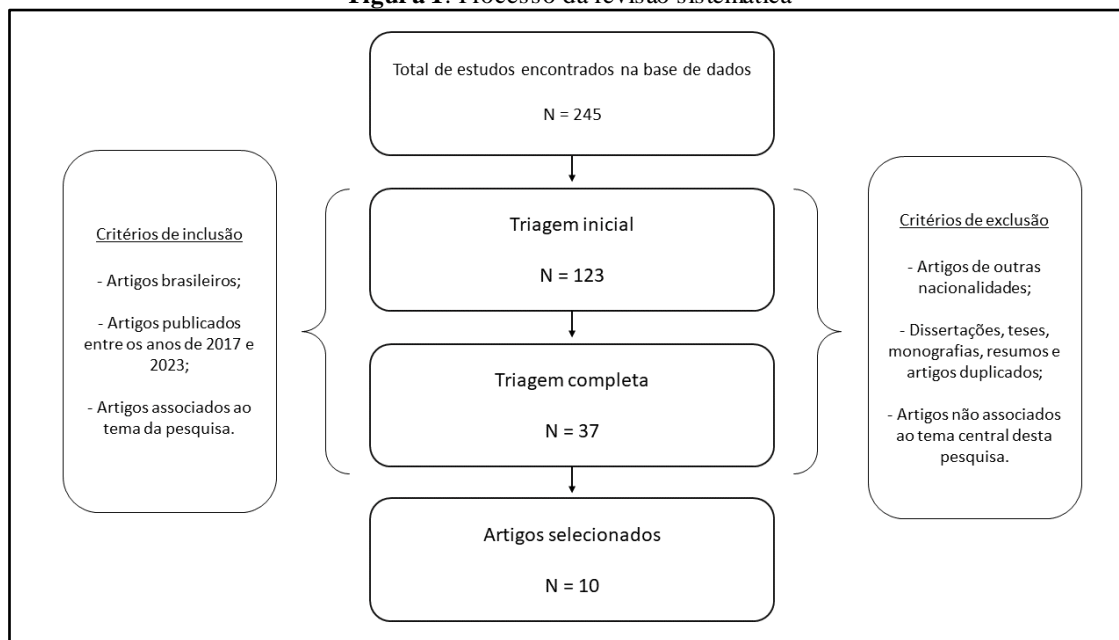
O operador "AND" foi utilizado para buscar estudos que contivessem simultaneamente duas ou mais palavras-chave, restringindo os resultados à interseção desses termos. Já o operador "OR" foi empregado para ampliar a busca, incluindo resultados que contivessem qualquer uma das palavras-chave especificadas.

Os critérios de inclusão foram determinados de forma a direcionar a pesquisa para estudos específicos e relevantes. A restrição a artigos brasileiros publicados entre 2017 e 2023 foi estabelecida para garantir que as análises considerassem os impactos das mudanças recentes na BNCC e na reforma do ensino médio. Essa delimitação temporal também proporcionou uma visão atualizada e contextualizada do tema em estudo.

Os estudos que não estavam alinhados com os objetivos da pesquisa foram descartados, assegurando a relevância e a consistência das informações coletadas. Dessa forma, foram excluídos trabalhos que não fossem artigos, como teses, monografias, resumos expandidos e dissertações, assim como artigos duplicados e/ou não associados ao tema central desta pesquisa.

Quanto à análise, os artigos foram analisados com base em critérios pré-estabelecidos, considerando a qualidade metodológica, a consistência dos resultados e a contribuição para os objetivos específicos da pesquisa. A análise crítica buscou identificar padrões, tendências e lacunas na literatura, permitindo uma síntese compreensiva das evidências disponíveis. A figura 1 evidencia os processos adotados na revisão sistemática, onde obteve-se uma amostra composta por 10 artigos científicos.

Figura 1. Processo da revisão sistemática



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os resultados obtidos foram organizados e apresentados de forma clara e estruturada, destacando as principais conclusões dos estudos revisados. As informações coletadas foram utilizadas para responder às questões de pesquisa, proporcionando insights relevantes sobre o impacto da BNCC e da reforma do ensino médio no processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional brasileiro.

III. Resultados e discussões

Como resultado da revisão sistemática, foi possível obter uma amostra de 10 artigos científicos, conforme evidenciado no quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados na revisão sistemática

Autores	Objetivo da pesquisa	Metodologia	Conclusões da pesquisa
Nahirne e Boscaroli (2023)	Analisar se a proposta pedagógica curricular de Educação do Campo está contemplada na Base Nacional Comum Curricular e na Reforma do Ensino Médio em seus princípios políticos e pedagógicos.	Pesquisa bibliográfica e documental	O artigo analisa as implicações da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação do Campo e no ensino de Matemática. Como resultado, observa-se a existência de lacunas na abordagem curricular para o campo na BNCC, que não contempla as especificidades da educação rural. No ensino de Matemática, critica a abordagem centrada em competências, negligenciando a aprendizagem e desconsiderando práticas sociais. As estratégias adotadas para enfrentar desafios financeiros incluem demissões e controle rigoroso do fluxo de caixa. Destaca a BNCC como concebida sem diálogo com a sociedade, revelando um caráter classista. Propõe a necessidade de propostas pedagógicas alinhadas às demandas do ensino de Matemática na Educação do Campo.
Beltrão, Taffarel e Teixeira (2023)	Examinar a condição do componente curricular da educação física no ensino médio, após as alterações promovidas pela lei n. 13.415/2017, pelas DCNEM de 2018 e pela BNCC.	Pesquisa documental apoiada no materialismo histórico dialético	O trabalho conclui que o novo ensino médio estabelece dois grupos de componentes curriculares, priorizando língua portuguesa e matemática. A BNCC dá pouca atenção à linguagem corporal na educação física, limitando o desenvolvimento dos alunos. A proposta para a educação física não orienta a organização sistemática dos conhecimentos, comprometendo a formação integral. A subordinação dos conteúdos ao desenvolvimento de competências e habilidades, com foco no praticismo e utilitário, é vista como barreira para uma formação integral. A conclusão destaca que a proposta recente para o ensino médio, implementada pelo Estado brasileiro, impõe barreiras ao desenvolvimento da população, alienando os sujeitos de objetivações humanas mais elaboradas. Portanto, os defensores da educação física escolar e de uma formação democrática e integral são instados a lutar pela revogação das medidas que reformularam o ensino médio.
Piffero et al. (2020)	Investigar o contexto do ensino da Biologia na percepção de professores diante das demandas do Novo Ensino Médio.	Pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa	O artigo aborda a fase desafiadora de transição nos modelos formativos do Ensino Médio, destacando a importância das metodologias ativas. No contexto específico do ensino de Biologia diante das demandas do Novo Ensino Médio, enfatiza-se a necessidade de repensar elementos como a práxis do professor, formas de avaliação, conteúdo, atividades, ferramentas tecnológicas e metodologias. As metodologias ativas são consideradas cruciais para promover a participação ativa do aluno, aprendizagem significativa, colaboração e autonomia. No entanto, os resultados indicam que muitos professores reconhecem essa importância, mas não se sentem preparados devido à falta de participação em ações formativas sobre o tema. Destaca-se a necessidade de uma formação que capacite os professores, oferecendo embasamento teórico, modelos e aprofundamentos para o desenvolvimento eficaz das metodologias ativas. A conclusão ressalta a importância de propostas de ensino inovadoras que transcendam a metodologia tradicional, favorecendo a construção de conhecimentos ancorados em aprendizagem significativa.
Andrade e Motta (2020)	Apreender os elementos fundantes das duas recentemente aprovadas medidas de contrarreforma na educação, quais sejam, o Novo Ensino Médio (NEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	Pesquisa de cunho documental-bibliográfico	Os autores abordam a contrarreforma em curso na educação brasileira, destacando a falta de surpresa diante das medidas adotadas. Critica as políticas educacionais por sua natureza perversa, antidemocrática e expropriadora, ressaltando os impactos negativos nas condições de precariedade e vulnerabilidade social. Relaciona as reformas do ensino médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao desmonte de conquistas da classe trabalhadora, considerando-os retrocessos significativos. Analisa a conjuntura política, mencionando a tríade da EC 95/2016, contrarreforma da previdência e desmonte da legislação trabalhista como um desafio à dimensão social da Constituição de 1988. Destaca a resistência histórica dos jovens e profissionais da educação em busca de uma educação laica, de qualidade e gratuita. Conclui afirmando a necessidade de uma luta vinculada à superação do capitalismo dependente para alcançar resultados duradouros.

<p>Silva (2018)</p>	<p>Mostrar que, por trás de um discurso apresentado como ‘novo’, as propostas da reforma e de sua BNCC compõem um velho discurso e reiteram finalidades sufocadas pelas disputas em torno dos sentidos e finalidades que envolvem esta etapa da educação básica nos últimos 20 anos.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica</p>	<p>O artigo destaca a noção de competências como um dispositivo para promover mudanças no ensino médio, visando superar os limites da excessiva disciplinarização. No entanto, critica essa abordagem por seu caráter pragmático e a-histórico, argumentando que reproduz os limites do currículo disciplinar. Destaca a necessidade de superar o currículo disciplinar, mas ressalta que a reforma deve ocorrer com a participação ativa dos professores para evitar limitações desde o início. O texto argumenta contra o caráter prescritivo do currículo, elaborado externamente à escola, enfatizando a dimensão autoritária desse processo. Aponta a falta de respeito pela capacidade dos professores de analisar e criticar, sugerindo que reformas anteriores seguiram esse padrão, inclusive a Lei 13.415/2017 e sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destaca a importância de considerar a escola, seus professores, saberes e condições reais na proposição curricular, evitando uma lógica que desconsidere as diferenças entre as escolas. Conclui que as mudanças propostas devem levar em conta a interpretação dos educadores, atribuindo novos significados aos dispositivos normativos, e considerar as condições específicas de cada escola.</p>
<p>Martins e Santos (2021)</p>	<p>Refletir sobre o contexto atual do Ensino Médio brasileiro, por meio da análise dos discursos presentes na Reforma do Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, no que se refere a formação dos jovens em nível médio na atualidade.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental</p>	<p>O texto enfatiza as reformas curriculares no ensino médio, destacando a adoção do discurso da formação por competências e suas consequências na formação dos jovens. Identifica um jogo de forças em torno das políticas para o ensino médio, resgatando a importância da escola como um campo estratégico para a classe trabalhadora. Ressalta a resistência dentro das escolas, apesar das condições precárias, e a necessidade de lutar pela socialização do conhecimento. Destaca a importância da defesa da educação pública, laica e universal, e a participação política dos jovens. Reconhece movimentos contra-hegemônicos que denunciam os retrocessos das reformas e defendem uma proposta educativa baseada em outra concepção de sociedade e educação, visando à igualdade de condições para todos. Enfrentar os desafios requer esforços e estratégias contrárias às reformas curriculares e aos ataques à escola pública.</p>
<p>Rocha, Muniz e Christóforo (2022)</p>	<p>Analisar sobre o espaço da arte como conhecimento na Escola Básica e as perdas provocadas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio e pela Reforma do Ensino Médio no Brasil.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica</p>	<p>Evidencia-se o papel do livro didático como parte integrante do sistema educacional, conectado a instâncias como currículo, estrutura escolar e formação de professores. Destaca desafios enfrentados devido à legislação imprecisa sobre a obrigatoriedade das linguagens artísticas no ensino médio, criando obstáculos para a efetividade do material didático. Examina o contexto legislativo que não enfatiza a formação específica dos professores de Artes e a presença desses profissionais na escola, prejudicando o caráter integrador do ensino/aprendizagem. O texto discute o impacto da Reforma do Ensino Médio, da BNCC e do PNL 2021 na área de Arte, destacando o desafio de reafirmar a importância da disciplina. Propõe os projetos integradores como forma de resistência e destaca a importância da presença do material didático de Arte nas escolas para valorizar a área como conhecimento específico. Reconhece a dificuldade de representar a diversidade nas escolas, mas defende o diálogo entre Universidade e Escola Básica como uma via de mão dupla para superar desafios. O texto conclui com a proposta de atuação vigilante e crítica para reafirmar a importância da Arte na educação, especialmente diante da exclusão de livros específicos de Arte no PNL 2021 e da integração das Artes em estudos e práticas. Aponta para a importância de lutar pela recuperação do livro para o componente curricular Arte no Ensino Médio.</p>

Branco e Zanatta (2021)	Analisar as implicações da BNCC e da reforma do ensino médio sobre o ensino de ciências e a formação do professor.	Pesquisa de cunho qualitativo, pautada em análise bibliográfica e documental	A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio têm impactos significativos na organização escolar, práticas de ensino e formação docente, especialmente no ensino de Ciências. Essas mudanças, refletidas na legislação educacional, como a Lei nº 13.415/2017, levantam questões cruciais para o futuro da escola pública, do ensino de Ciências e dos professores. Há preocupações quanto à possibilidade de secundarização dos conteúdos e do papel do professor, resultando em esvaziamento curricular e precarização do ensino. A formação inicial dos professores em relação à BNCC pode se tornar um mero treinamento para seguir as diretrizes da Base, destacando a necessidade de investimentos na valorização dos profissionais da educação, na aproximação entre Instituições de Ensino Superior e Educação Básica, na formulação de políticas educacionais para a formação de professores e em melhorias na infraestrutura escolar. No entanto, essas questões fundamentais não foram adequadamente abordadas durante o processo de Reforma do Ensino Médio e implementação da BNCC.
Souza e Garcia (2021)	Compreender as alterações que poderão impactar a qualidade do ensino e a profissão do docente que atua no ensino médio.	Estudo bibliográfico e documental	A pesquisa analisou o nível de conhecimento de alunos e professores do curso de licenciatura em Química do IFG, campus de Itumbiara, sobre as mudanças no ensino médio. Destacou a importância de os professores dedicarem tempo à leitura e compreensão das propostas da Reforma do Ensino Médio. O estudo envolveu revisão bibliográfica e documental, proporcionando insights sobre as alterações propostas pela Lei n.º 13.415/2017 na educação brasileira. A pesquisa também mencionou desafios em aprofundar estudos críticos e de campo sobre a implementação da reforma. Na etapa de estudo de campo, apesar da amostra limitada, foram identificadas visões de docentes e futuros professores sobre o tema. A pesquisa questionou as justificativas do governo federal para a reforma, concordando com teóricos críticos. Destacou a necessidade de repensar aspectos, como permitir que alunos aprofundem conhecimentos apenas em disciplinas de seu interesse. Ressaltou a importância de uma formação abrangente para o pleno desenvolvimento dos alunos, indo além das áreas de afinidade. A pesquisa sublinhou que, embora a Lei n.º 13.415/2017 esteja em vigor, sua implementação nas escolas brasileiras está em fase de estudos, visando melhorar o ensino. Concluiu que há uma urgente necessidade de aprofundar o entendimento sobre as mudanças propostas no novo ensino médio para sua implementação sem maiores danos.
Silva e Boutin (2018)	Estabelecer reflexões sobre a proposta de educação integral expressa na atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017,	Materialismo histórico dialético	O artigo aborda os limites da atual reforma do Ensino Médio, conforme estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, com um foco especial na proposta de educação integral. Destaca-se que a reforma, ao integrar a educação integral no chamado Novo Ensino Médio, compromete-se com uma formação mais técnica e menos propedêutica. Isso é percebido como um alinhamento aos interesses da sociedade capitalista, contribuindo para a formação de indivíduos produtivos, mas afastando-se do ideal de uma formação verdadeiramente integral.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Frente ao exposto, Nahime e Boscarioli (2023) fazem uma análise crítica das implicações da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação do Campo, especialmente no contexto do ensino de Matemática. A conclusão aponta para diversas lacunas na abordagem curricular da BNCC, evidenciando uma falta de consideração para as especificidades da educação rural. Em relação ao ensino de Matemática, há uma crítica à abordagem centrada em competências, sugerindo que ela negligencia a aprendizagem e desconsidera práticas sociais relevantes.

Além disso, os autores destacam as estratégias adotadas para lidar com desafios financeiros, como demissões e um controle rigoroso do fluxo de caixa. A BNCC é caracterizada como concebida sem diálogo e fetivo com a sociedade, revelando um caráter classista em sua formulação. Nesse sentido, a conclusão propõe a necessidade urgente de desenvolver propostas pedagógicas que estejam alinhadas às demandas específicas do ensino de Matemática na Educação do Campo.

O estudo conduzido por Beltrão, Taffarel e Teixeira (2023) conclui que o novo ensino médio estabelece uma divisão entre dois grupos de componentes curriculares, priorizando língua portuguesa e matemática em detrimento de outras disciplinas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é criticada por oferecer pouca atenção à linguagem corporal na educação física, o que limita o desenvolvimento dos alunos nessa área. Além disso,

a proposta para a educação física não fornece orientações claras para a organização sistemática dos conhecimentos, comprometendo a formação integral dos estudantes.

A subordinação dos conteúdos ao desenvolvimento de competências e habilidades, com ênfase no praticismo e utilitarismo, é apontada como uma barreira significativa para a consecução de uma formação integral. A conclusão ressalta que a recente proposta para o ensino médio, implementada pelo Estado brasileiro, cria obstáculos ao desenvolvimento da população, alienando os indivíduos de aspirações humanas mais elaboradas.

Diante desse cenário, os defensores da educação física escolar e de uma formação democrática e integral são conclamados a lutar pela revogação das medidas que reformularam o ensino médio. A mensagem principal é a necessidade de resistência e engajamento contra as barreiras impostas pela reforma, buscando preservar uma educação que promova o desenvolvimento pleno e diversificado dos estudantes.

O artigo de Piffero et al. (2020) aborda a fase desafiadora de transição nos modelos formativos do Ensino Médio, com ênfase nas metodologias ativas, especialmente no ensino de Biologia diante das demandas do Novo Ensino Médio. O texto destaca a necessidade de repensar diversos elementos, incluindo a práxis do professor, formas de avaliação, conteúdo, atividades, ferramentas tecnológicas e metodologias.

As metodologias ativas são consideradas cruciais para promover a participação ativa dos alunos, aprendizagem significativa, colaboração e autonomia. Entretanto, os resultados indicam que muitos professores reconhecem a importância dessas metodologias, mas não se sentem preparados devido à falta de participação em ações formativas sobre o tema. Nesse contexto, o artigo destaca a necessidade premente de uma formação que capacite os professores, oferecendo embasamento teórico, modelos e aprofundamentos para o desenvolvimento eficaz das metodologias ativas.

A conclusão ressalta a importância de propostas de ensino inovadoras que vão além da metodologia tradicional, favorecendo a construção de conhecimentos ancorados em aprendizagem significativa. A ênfase recai sobre a necessidade de preparar os professores para implementar práticas pedagógicas condizentes com as demandas contemporâneas da educação, promovendo, assim, uma experiência de ensino mais eficaz e envolvente para os estudantes.

Andrade e Motta (2020) abordam a contrarreforma em curso na educação brasileira, destacando a falta de surpresa diante das medidas adotadas. O artigo critica as políticas educacionais por sua natureza perversa, antidemocrática e expropriadora, ressaltando os impactos negativos nas condições de precariedade e vulnerabilidade social.

Os autores relacionam as reformas do ensino médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao desmonte de conquistas da classe trabalhadora, considerando-os retrocessos significativos. Eles analisam a conjuntura política, mencionando a tríade da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, a contrarreforma da previdência e o desmonte da legislação trabalhista como um desafio à dimensão social da Constituição de 1988.

O artigo destaca a resistência histórica dos jovens e profissionais da educação em busca de uma educação laica, de qualidade e gratuita. A conclusão afirma a necessidade de uma luta vinculada à superação do capitalismo dependente para alcançar resultados duradouros. Em suma, os autores ressaltam a importância da resistência e da luta coletiva para enfrentar os retrocessos nas políticas educacionais e promover uma transformação social mais ampla.

O artigo de Silva (2018) destaca a noção de competências como um dispositivo para promover mudanças no ensino médio, buscando superar os limites da excessiva disciplinarização. Contudo, critica essa abordagem por seu caráter pragmático e a-histórico, argumentando que ela reproduz os limites do currículo disciplinar.

O autor ressalta a necessidade de superar o currículo disciplinar, mas destaca que a reforma deve ocorrer com a participação ativa dos professores para evitar limitações desde o início. O texto argumenta contra o caráter prescritivo do currículo, elaborado externamente à escola, enfatizando a dimensão autoritária desse processo.

É apontada a falta de respeito pela capacidade dos professores de analisar e criticar, sugerindo que reformas anteriores seguiram esse padrão, inclusive a Lei 13.415/2017 e sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O autor destaca a importância de considerar a escola, seus professores, saberes e condições reais na proposição curricular, evitando uma lógica que desconsidere as diferenças entre as escolas.

A conclusão do artigo destaca que as mudanças propostas devem levar em conta a interpretação dos educadores, atribuindo novos significados aos dispositivos normativos, e considerar as condições específicas de cada escola. Em suma, o autor defende uma abordagem mais participativa e contextualizada na formulação e implementação de políticas curriculares.

Martins e Santos (2021) destacam as reformas curriculares no ensino médio, concentrando-se na adoção do discurso da formação por competências e suas implicações na formação dos jovens. Identifica um cenário de disputa

política em torno das políticas para o ensino médio, resgatando o papel estratégico da escola para a classe trabalhadora.

Os autores ressaltam a existência de resistência dentro das escolas, mesmo diante das condições precárias, que buscam assegurar o acesso dos jovens ao conhecimento científico e à formação do pensamento crítico. Destaca a importância de lutar pela socialização do conhecimento como um meio de resistência. Sublinha também a defesa da educação pública, laica e universal, e a promoção da participação política dos jovens como uma forma de enfrentar os problemas decorrentes da atual fase do capitalismo.

Assim, reconhece-se a existência de movimentos contra-hegemônicos, incluindo ocupações escolares e ações de entidades e intelectuais educacionais, que denunciam os retrocessos das reformas e defendem uma proposta educativa fundamentada em uma concepção diferente de sociedade e educação, visando à igualdade de condições para todos. A conclusão enfatiza que enfrentar os desafios requer esforços e estratégias que se oponham às reformas curriculares e aos ataques à escola pública, destacando a importância de construir a unidade na luta dos trabalhadores e movimentos sociais populares.

Para Rocha, Muniz e Christóforo (2022), o livro didático configura-se como elemento integrante do sistema educacional, relacionando-o ao currículo, à estrutura escolar e à formação de professores. Os autores evidenciam os desafios enfrentados devido à legislação imprecisa sobre a obrigatoriedade das linguagens artísticas no ensino médio, o que cria obstáculos para a efetividade do material didático.

A análise aborda o contexto legislativo que não enfatiza a formação específica dos professores de Artes e a presença desses profissionais nas escolas, prejudicando a natureza integradora do processo de ensino/aprendizagem. O texto examina o impacto da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021 na área de Arte, ressaltando o desafio de reafirmar a importância dessa disciplina.

Os projetos integradores são propostos como estratégias de resistência, e destaca-se a importância da presença do material didático de Arte nas escolas para valorizar a área como conhecimento específico. Reconhece as dificuldades em representar a diversidade nas escolas, mas enfatiza o diálogo entre Universidade e Escola Básica como uma via bidirecional para superar esses desafios.

Assim, os autores concluíram com a proposta de uma atuação vigilante e crítica para reafirmar a importância da Arte na educação, especialmente diante da exclusão de livros específicos de Arte no PNLD de 2021 e da integração das Artes em estudos e práticas. Destaca a relevância de lutar pela recuperação do livro para o componente curricular de Arte no Ensino Médio.

A conclusão do artigo de Branco e Zanatta (2021) apresenta uma análise crítica dos impactos decorrentes da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio, com foco especial no ensino de Ciências. Ao abordar as mudanças refletidas na legislação educacional, notadamente na Lei Nº 13.415/2017 que estabeleceu a Reforma do Ensino Médio, a conclusão destaca preocupações cruciais para o futuro da educação pública, do ensino de Ciências e da atuação dos professores.

Um ponto saliente de inquietação refere-se aos possíveis efeitos da reforma na organização escolar e nas práticas de ensino, levantando a questão de como tais mudanças podem impactar negativamente a qualidade da educação. A possibilidade de secundarização dos conteúdos e do papel do professor é mencionada como uma preocupação central, sugerindo um risco de esvaziamento curricular e precarização do ensino.

Outra área de apreensão está relacionada à formação inicial dos professores em relação à BNCC, sendo destacada a preocupação de que essa formação possa se limitar a um mero treinamento para cumprir as diretrizes da Base, em detrimento de uma formação mais sólida e reflexiva. Nesse contexto, ressalta-se a necessidade urgente de investimentos na valorização dos profissionais da educação.

Além disso, a conclusão aponta para a importância de promover uma maior aproximação entre as Instituições de Ensino Superior e a Educação Básica, bem como a formulação de políticas educacionais direcionadas à formação de professores. Investimentos em melhorias na infraestrutura escolar também são destacados como essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

Por fim, uma crítica contundente é dirigida à falta de abordagem adequada dessas questões fundamentais durante o processo de Reforma do Ensino Médio e implementação da BNCC. Essa lacuna na discussão e planejamento das mudanças propostas levanta preocupações sobre a eficácia e a sustentabilidade das reformas, ressaltando a necessidade de um olhar mais abrangente e reflexivo sobre o futuro da educação no contexto dessas transformações.

O estudo realizado por Souza e Garcia (2021) aborda e o nível de conhecimento de alunos e professores do curso de licenciatura em Química do IFG, campus de Itumbiara, sobre as mudanças no ensino médio, com foco especial nas propostas da Reforma do Ensino Médio instituídas pela Lei n.º 13.415/2017. O trabalho destaca a

importância crucial de os professores dedicarem tempo à leitura e compreensão das propostas da reforma, sinalizando para a necessidade de uma compreensão aprofundada das mudanças no cenário educacional.

O método utilizado na pesquisa envolveu tanto uma revisão bibliográfica quanto documental, proporcionando insights valiosos sobre as alterações propostas pela legislação educacional brasileira. Além disso, o estudo menciona desafios em aprofundar estudos críticos e de campo sobre a efetiva implementação da reforma, destacando a importância de uma análise mais aprofundada dessas mudanças no contexto prático das escolas.

A etapa de estudo de campo, apesar de envolver uma amostra limitada, foi capaz de identificar visões tanto de docentes quanto de futuros professores em relação ao tema, fornecendo um panorama das percepções existentes sobre a Reforma do Ensino Médio. A pesquisa questionou as justificativas do governo federal para a reforma, alinhando-se com teóricos críticos e apontando para a necessidade de repensar aspectos, como a possibilidade de os alunos aprofundarem conhecimentos apenas nas disciplinas de seu interesse.

O estudo ressaltou a importância de uma formação abrangente para o pleno desenvolvimento dos alunos, indo além das áreas de afinidade, e questionou a viabilidade dessa abordagem à luz das mudanças propostas pela reforma. Além disso, destaca-se a observação de que, embora a Lei n.º 13.415/2017 esteja em vigor, sua implementação nas escolas brasileiras está em fase de estudos, visando melhorar o ensino.

A conclusão da pesquisa destaca a urgente necessidade de aprofundar o entendimento sobre as mudanças propostas no novo ensino médio para garantir uma implementação eficaz e sem maiores danos. Isso sugere a importância de um debate contínuo e informado sobre as implicações práticas da reforma, envolvendo ativamente professores, estudantes e demais partes interessadas no processo educacional brasileiro.

Silva e Boutin (2018) oferecem uma análise crítica dos limites da atual reforma do Ensino Médio, conforme estabelecida pela Lei n.º 13.415/2017, com ênfase na proposta de educação integral. O cerne da crítica reside na observação de que a reforma, ao integrar a educação integral no chamado Novo Ensino Médio, compromete-se com uma formação mais técnica em detrimento de uma formação propedêutica mais abrangente.

Uma das principais preocupações levantadas no artigo é a percepção de que a reforma, ao priorizar uma formação técnica, alinha-se aos interesses da sociedade capitalista. Nesse contexto, a ênfase recai na preparação de indivíduos para serem produtivos no mercado de trabalho, o que, segundo os autores, pode desviar-se do ideal de uma formação integral que abranja aspectos não apenas profissionais, mas também culturais, sociais e humanísticos.

A crítica à formação técnica em detrimento da formação propedêutica aponta para um possível desequilíbrio na abordagem educacional, destacando que a educação integral deve ir além do mero preparo técnico dos estudantes. A discussão sugere que a ênfase excessiva na formação técnica pode limitar a capacidade dos alunos de desenvolverem habilidades críticas, reflexivas e analíticas, fundamentais para uma participação ativa na sociedade.

Ao abordar a relação entre a reforma do Ensino Médio e os interesses da sociedade capitalista, os autores levantam questões mais amplas sobre os propósitos da educação no contexto contemporâneo. A análise indica que a orientação da reforma pode estar mais voltada para atender às demandas econômicas do que para promover uma educação que valorize integralmente o desenvolvimento dos indivíduos.

IV. Conclusão

Diante do exposto, a revisão sistemática realizada neste trabalho oferece uma visão abrangente e crítica das implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio no contexto educacional brasileiro. As análises apresentadas por diferentes pesquisadores destacam preocupações com relação à implementação dessas reformas, especialmente no que diz respeito ao ensino de diversas disciplinas, tais como Matemática, Educação Física, Biologia, e a abordagem geral do Novo Ensino Médio.

Observa-se um consenso geral acerca das lacunas identificadas na BNCC, evidenciando a falta de consideração para as especificidades de determinados contextos, como é o caso da Educação do Campo. A crítica à abordagem centrada em competências, em detrimento da aprendizagem e desconsiderando práticas sociais relevantes, destaca um possível desalinhamento das reformas com a realidade educacional brasileira.

A divergência no tratamento de disciplinas, como a priorização de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento de outras no Novo Ensino Médio, também é objeto de crítica. A resistência e luta coletiva são enfatizadas como estratégias necessárias para enfrentar os desafios impostos por essas reformas, destacando a importância de preservar uma educação que promova o desenvolvimento pleno e diversificado dos estudantes.

A formação de professores, a implementação de metodologias ativas e a atenção à diversidade nas escolas emergem como questões centrais para o sucesso das reformas. A necessidade de diálogo efetivo com a sociedade, a participação ativa dos professores na formulação curricular, e a valorização das especificidades de cada escola são aspectos apontados como essenciais para o alcance dos objetivos propostos pelas reformas.

Em suma, a revisão sistemática destaca não apenas as potenciais contribuições das reformas, mas também os desafios e limitações que podem comprometer a eficácia e a justiça social no âmbito educacional brasileiro. O engajamento contínuo, o diálogo participativo e a atenção às peculiaridades de cada contexto educacional emergem como fundamentais para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, reflexivo e alinhado com as necessidades da sociedade contemporânea.

References

- [1]. ARELARO, L. R. G. Reforma do ensino médio: o que querem os golpistas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 11-17, jan./jun. 2017.
- [2]. ANDRADE, M. C. P. de .; MOTTA, V. C. da. Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020005, 2020.
- [3]. BELTRÃO, J. A.; TAFFAREL, C. N. Z.; TEIXEIRA, D. R. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil**, v. 16, n. 43, p. 656-680, Edição Especial, 2020.
- [4]. BRANCO, E. P. et al. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, v. 10, n. 21, 2018.
- [5]. BRANCO, E.; ZANATTA, S. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 4, n. 3, p. 58-77, 3 mar. 2021.
- [6]. BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Literature review and systematic literature review. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.
- [7]. DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBP AE**, v. 35, n. 2, p. 291-306, mai./agos, 2019.
- [8]. FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.
- [9]. HYPOLITO, A. M. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019.
- [10]. MARTINS, S. A.; SANTOS, F. S. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, 2021.
- [11]. MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.
- [12]. NAHIRNE, A. P.; BOSCARIOLI, C. A educação do/no campo na Base Nacional Comum Curricular e na reforma do novo ensino médio: desafios para o ensino de matemática. **Revemat - Revista Eletrônica de Educação matemática**, 2023.
- [13]. PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Rev Panam Salud Publica**, 46, 2022.
- [14]. PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação. **Revista brasileira de política e administração da educação**, v. 35, n. 1, 2019.
- [15]. PIFFERO, E. L. F. et al. Metodologias Ativas e o ensino de Biologia: desafios e possibilidades no novo Ensino Médio. **Revista Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, 2020.
- [16]. ROCHA, M.; MUNIZ, M. L.; CHRISTÓFARO, G. C. Resistir e existir: o ensino-aprendizagem de arte nos projetos integradores do novo ensino médio. **Revista Cena**, v. 22, n. 38, p. 01-09, 2022.
- [17]. SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, 521–534, 2018.
- [18]. SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o restante de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.
- [19]. SOUZA, R. A.; GARCIA, L. N. S. Estudo sobre a Lei 13.415/2017 e as mudanças para o novo ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, 2020.